

1941

Lumen

II Capitulo
pas: 158

0399

A missão social da Acção Católica

ABEL VARZIM

Introdução

Os Assistentes da Acção Católica, Mestres do Sacerdócio leigo dos nossos dias e, nesta hora de trevas e perdição, mais do que todos os outros, luz do mundo e sal da terra, não precisavam de ouvir trabalho tão longo e desenvolvido. É-lhes porém apresentado, pela necessidade de afinar ideias, esclarecer posições e discutir planos de acção.

Que o tempo ocupado em ouvir ler este trabalho sirva para base de mais completo estudo sobre tão magno problema.

I — O dever social do cristão

Fazendo-se homem, o Filho de Deus uniu, em Si, a Humanidade à Divindade.

Incorporados em Cristo, foram elevados os homens à dignidade de Filhos de Deus.

Pelo Baptismo é feita a adopção divina.

E os homens passaram a ser irmãos.

Jesus é o irmão mais velho. E, porque é Deus, deu da Sua Vida a todos os seus irmãos. Este vive em nós e nós vivemos n'Ele. Somos um só com Ele, como Ele é um só com o Pai.

Templos da divindade, filhos de Deus, somos outros Cristos, porque não vivemos nós, mas é Cristo quem vive em nós. A vida cristã, isto é, a própria vida de Jesus vivendo em nós, torna-nos solidários e interdependentes, porque formamos um só Corpo em Cristo.

Assim como não se pode conceber um corpo cujos membros lutem uns contra os outros ou não se auxiliem mutuamente, assim não pode compreender-se o Corpo de Cristo composto de membros que não se solidarizem ou se combatam. Onde há corpo tem de haver harmonia, conjugação de esforços, solidariedade, interde-

Lumen — 553

26

pendência, unidade e amor. Se faltam estas qualidades aos membros, o corpo adoece e morre. Já não é corpo, mas cadáver.

O Cristão, membro do Corpo de Cristo, não pode considerar-se, portanto, um ser isolado que se baste a si mesmo, pois participa do bem ou do mal-estar do conjunto: *«se um membro sofre, todos os membros sofrem com êle ou se um membro recebe glória, todos os membros se regosijam com êle»*. (I Cor. XII, 26).

A unidade dos homens em Cristo supõe o amor de uns para com os outros como condição indispensável para a vida e saúde do conjunto. E assim se compreende que Jesus, vindo revelar aos homens a Misericórdia do Senhor que Se dignou fazê-los participantes da mesma natureza divina, não podia deixar de impor-lhes o Mandamento novo do amor: *«Amai-vos uns aos outros, disse Jesus na última Ceia, e que assim como Eu vos amei, vos ameis também uns aos outros»*.

Este amor, como vimos, é indispensável para a participação da vida divina pela nossa incorporação em Cristo, ou, se quisermos, para a vida cristã: *«nisto conhecerão todos que sois Meus discípulos, acrescentou Jesus, se vos amardes uns aos outros»*. E S. João, o discípulo do Amor, esclarece, para que todos o compreendam: *«aquêle que não ama o seu irmão não é filho de Deus»*. (I João, III, 10), ou ainda: *«se nos amarmos mutuamente, Deus permanece em nós e nós n'Ele e a sua Caridade em nós é perfeita. É nisto que conhecemos se estamos n'Ele e Êle em nós, porque nos comunicou do seu espírito»*. (I João, XIV, 12-13).

O amor dos irmãos não é, porém, sentimento, nem pode ser vago desejo de bem-estar alheio. É vida, é doação, é sacrifício. *«Ninguém busque o bem próprio, mas o dos outros»*, ordena S. Paulo aos Coríntios (I S. Paulo aos Cor. X, 24). *«Renunciando à mentira, fale cada um a seu próximo a Verdade, pois somos membros uns dos outros»* (S. Paulo aos Efésios, IV, 25), insiste ainda o Apóstolo. *«Socorrei como se fôsem próprias as necessidades alheias»*, clama aos Romanos (S. Paulo aos Romanos, XII, 13). *«Lembra-vos dos que estão presos como se estivésseis presos juntamente com êles, e dos aflitos como se também vós habitásseis no mesmo corpo»*, ensina aos Hebreus (S. Paulo aos Hebreus, XIII, 1-3). *«Alegrai-vos com os que estão alegres, chorai com os que choram»* (S. Paulo aos Romanos, XII, 15), ensina ainda o Grande Apóstolo das Gentes falando aos Romanos. Poderíamos porém resumir o sentido do preceito do amor fraterno nesta frase de S. Paulo aos Efésios: *«Aquêle que furtava não furtar mais, mas antes trabalhe por suas mãos em qualquer coisa honesta a fim de ter que dar aos que estão em necessidade»* (S. Paulo aos Efésios, IV, 28). Deixar de furtar e trabalhar, não para ter com que possa bastar-se a si mesmo — mas para possuir alguma coisa para dar aos necessitados — eis o infinito amor de Deus a divinizar o coração dos homens!

Nem é só S. Paulo a ensinar-nos a Grandeza imperiosa dêste mandamento novo. Os outros Apóstolos insistem nêle com igual vigor. S. Pedro (1.^a Ep. S. Pe-

dro III — 8,9) ordena aos cristãos: «Sêde todos dum mesmo coração, compassivos, amando os irmãos, misericordiosos, modestos, humildes, não retribuindo mal por mal nem maldição por maldição, mas, pelo contrário, bendizendo, pois para isto fostes chamados». Ou ainda (I Ep. S. Pedro, I, 22): Purificando as vossas almas na obediência à Caridade, no amor dos irmãos, do íntimo do coração amai-vos uns aos outros».

S. Tiago invectiva os ricos que defraudam o salário dos pobres e condena os cristãos que, no amor fraterno, fazem accepção de pessoas, para nos ensinar que «a religião pura e imaculada aos olhos de Deus e nosso Pai é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e conservar-se puro da corrupção do mundo». (S. Tiago; I, 27).

S. Judas deseja ver multiplicadas nos cristãos a misericórdia, a paz e a caridade (Ep. de S. Judas, I, 2).

Mas é ao Apóstolo do amor que pertence a glória de melhor fazer compreender a sublime grandeza do preceito cristão, ensinando que «temos de Deus este mandamento: que aquêle que ama a Deus ame também seu irmão» (I Ep. S. Tiago, IV-21).

E S. João, depois de mostrar que a Caridade de Deus não pode existir naquele que, tendo bens dêste mundo, fecha o seu coração às misérias dos necessitados (I João, III, 17), explica a medida dêste amor: «Nisto conhecemos o amor de Deus em que Ele deu a sua vida por nós; pois também nós devemos dar a nossa vida pelos nossos irmãos» (I Ep. S. João, III, 16).

O amor de uns para com os outros vai, portanto, até ao sacrifício da própria vida pelo bem alheio.

Doação plena, total, de quanto somos, de nós mesmos. Doação aos amigos, doação aos que não são cristãos, doação aos próprios inimigos: «Enquanto é tempo, d.z S. Paulo aos Gálatas (Gal. VI, 10), façamos bem a todos, mas principalmente aos irmãos na fé». E o mesmo Apóstolo, seguindo os ensinamentos do Sermão da Montanha, ordena aos Romanos: «Se o teu inimigo tem fome, dá-lhe de comer, se tem sede, dá-lhe de beber» (S. Paulo aos Romanos, XII, 20).

Por definição, o cristão tem, portanto, deveres para com todos os seus irmãos, para com todos os homens, deveres que dimanam directamente do conceito da vida de Cristo em nós.

É esta a Glória máxima do cristianismo e a nossa grande recompensa: «Nós sabemos que passamos da morte para a Vida, porque amamos os nossos irmãos», canta gloriosamente o Apóstolo do Amor (I João, III, 14).

Ora êste amor que dá Vida (e não é, como alguns erradamente supõem, moleza de ânimo ou quebra de brio) pode chamar-se, em nossos dias, o *dever social*.

Pelo baptismo, que o transmudou em membro de Cristo, o cristão é chamado

a este dever. Desde pequenino, aprendeu a rezar por todos os membros, e em seu nome, Pai nosso... venha a nós o Vosso Reino... perdoai-nos os nossos pecados. Ele tem de dar de comer ao faminto e de vestir os nus (mesmo que precise de trabalhar mais, para o poder fazer). Tem de socorrer como próprias as fraquezas alheias, sentir a dor dos aflitos como se habitasse no mesmo corpo, e, para salvar o seu irmão da miséria, do desespero ou da tribulação, há-de sacrificar até a sua própria vida, se tanto lhe fôr exigido.

E sabe perfeitamente que o seu destino eterno depende da maneira como cumpriu neste mundo o seu dever social: «*Vinde, benditos de meu Pai, possuir o Reino eterno, porque Eu tive fome e vós destes-me de comer, tive sede e destes-me de beber, era peregrino e me recolhastes, estava nu e me vestistes, enfêrmo e me visitastes, estava no Cárcere e me fôstes visitar... Na verdade vos digo que tôdas as vezes que fizestes isto a um dos meus irmãos mais pequeninos a Mim mo fizestes*» (Mateus XXV, 34-46).

Em verdade, não pode o cristão deixar de actuar no Campo social, promovendo o maior bem-estar dos homens, sobretudo dos mais fracos, porque o pobre faminto ou a criança enfezada é Cristo com fome; porque a injustiça do salário é Cristo a ser tratado injustamente. E porque ama a Cristo, não lhe sofre o ânimo vê-lo a padecer, antes se apressa em aliviar-lhe a paixão, que se continua em nós.

Todo o cristão — como tal — tem, portanto, de exercer uma acção social, sob pena de trair o Evangelho. E não pode haver acção social mais intensa nem mais proveitosa do que a daquele que compreende e vive a lei da fraterna Caridade.

II — O dever social da Acção Católica

Por definição, a Acção Católica é a participação do laicado no Apostolado hierárquico da Igreja. A missão da Acção Católica é, portanto, a mesma missão da Igreja.

Ora a Igreja foi instituída para realizar no mundo aquêlê desejo do Coração de Deus, expresso na Oração Sacerdotal de Jesus, na Última Ceia: «*que êles sejam um, como Eu e Tu, Meu Pai, somos um*». Mas a unidade — e não apenas união — supõe uma vida colectiva, uma vida social, a vida no Corpo Místico de Cristo. Aumentá-la pela realização da Caridade, eis a grande obra da Igreja.

Mas esta obra, por força da sua própria natureza, é uma obra fundamentalmente social.

Em primeiro lugar, a Igreja leva os homens a amar a Deus. S. João (I João, IV, 20) diz-nos, porém, que *não podemos amar a Deus a quem não vemos, se não amarmos os nossos irmãos, a quem vemos*. Os homens são assim como que uma segunda Eucaristia. Amamos e servimos a Deus, amando e servindo os homens.

Para banir da face da terra tôdas as discórdias e ódios e questões sociais, bastaria que a humanidade fôsse dócil aos ensinamentos e à acção espiritual da Igreja, quando lhe ensina e impõe o amor de Deus. Além disso, tôda a doutrina da incorporação da Humanidade em Cristo, tem incontestável efeito social, porque os homens, se a compreendessem, aprenderiam a trabalhar apenas para o bem comum, porque, afinal, o bem de todos reflecte-se no bem de cada um e só o perde aquêle que não colabora neste sublime trabalho colectivo de unificação dos corações e das almas.

Mas a Igreja entra no terreno social pròpriamente dito para aí actuar, só pelo facto de fazer compreender aos homens a eminente dignidade de filhos de Deus, a que todos foram chamados. O pobre, o operário, o patrão são filhos de Deus. São membros uns dos outros. Não podem lutar, nem sequer permanecer indiferentes, porque, de contrário, ou transformariam, como vimos, o Corpo de Cristo num cadáver (se, lutando uns contra os outros, nêle pudessem continuar), ou dêle deixariam de fazer parte, como deixam, perdendo o direito à herança divina, isto é, à salvação eterna. O espírito de colaboração de classes, a harmonia do corpo social dimana, com lógica consequência, da doutrina revelada da filiação divina.

Por ela sabemos que são muitos os filhos de Deus, e que Jesus Cristo é o mais velho dos irmãos. Porque é Deus também, quis fazer-se cada um dos homens. Ele tem fome com o faminto; tem sede com o sequioso; está nu no esfarrapado; contorce-se de sofrimento no doente e no prêso e no peregrino.

Ensinando aos homens esta realidade viva, a Igreja impera-lhes que dêem de comer a quem tem fome. Por maioria de razão, exige dos seus fiéis o pagamento de salários justos, o respeito pela saúde e pela dignidade do operário, condições de trabalho honestas e humanas, segurança no trabalho e garantias de uma velhice descansada, tal qual cada um faria se compreendesse que não tem apenas homens nas suas fábricas e escritórios, mas Filhos de Deus, a quem deve respeito e amor.

Ao empregar a palavra «impera-lhes» e «exige», não se exagera, se as compararmos com a tremenda apóstrofe do Apóstolo S. Tiago, ao condenar o mau uso das riquezas: *«Ai de vós, ó ricos, chorai, soltai gritos por causa das misérias que virão sôbre vós. As vossas riquezas apodreceram e os vossos vestidos foram comidos de traça. O vosso ouro e a vossa prata enferrujaram-se e a sua ferrugem dará testemunho contra vós e devorará as vossas carnes como um fogo. Juntastes para vós um tesouro de ira para os últimos dias. Eis que o salário dos trabalhadores, que ceifaram os vossos campos, e que vós defraudastes, clama contra vós e o seu clamor chegou aos ouvidos do Senhor dos exércitos».* (Tiago, V, 1-4).

É assim que a Igreja não só intervém no terreno social, mas nele actua de maneira directa e eficaz.

A Acção Católica não tem outro caminho a seguir.

São estas aliás as instruções da Igreja tanto na *Quadragesimo Anno*, em que Pio XI louva os «Amados Filhos da Acção Católica» que vê «com tanto prazer, dedicarem-se generosamente à solução dos problemas sociais, na medida em que a Igreja, por fôrça da sua divina instituição, tem o direito e o dever de se ocupar dêles», como também, e sobretudo, na Carta do mesmo saudável Pontífice ao Eminentíssimo Cardeal Patriarca, em que determina que a acção social deve ser o *principal munus* a desempenhar pela Acção Católica em Portugal.

Transcrevemos as palavras de Pio XI:

«Não se poderá dizer, com verdade, que alguma obra ou actividade, destinada a contribuir para o aumento da vida cristã, seja alheia ao seu programa e acção. Contudo, como entre elas ocorrem algumas, que respondem às necessidades mais importantes e comuns de nossos dias, essas, de preferênciã, se devem procurar e urgir. Tais são a assistência aos operários, não só no que se refere aos interesses espirituais — a êsses se deve atender antes de mais nada — mas também aos da vida presente, promovendo, para isso, sobretudo aquelas associações que têm em vista pôr em prática os princípios e as normas da justiça social e da caridade evangélica. Portanto, onde tais instituições não existirem, trabalhe a Acção Católica por fundá-las; onde elas já existam, esforce-se por ajudá-las.

Não obstante, em coisas puramente técnicas e económicas, não tome ao seu cuidado a sua organização, mas deixe-as agir livremente.

Seja a sua função cuidar por todos os meios de que tais instituições obedeçam ao genuíno espírito da doutrina católica e permaneçam fiéis às normas estabelecidas por esta Sé Apostólica, constituída pelo Divino Redentor do género humano mestra suprema dos povos, no que se refere às coisas espirituais, ensinamentos que, ainda não há muito, demos na Encíclica «Quadragesimo Anno», e que vimos, com grande satisfação Nossa, serem tomadas, ultimamente, como directrizes não só pela Acção Católica de várias regiões, mas também por homens de Estado.

Nem se julgue tal modo de proceder inteiramente novo. A Igreja, tendo tido como Chefe Divino aquêle que quis ser considerado e chamado o filho do carpinteiro de Nazaré, manteve-se sempre, como mãe solícita, ao lado dos operários, e libertando-os, com a excelência da sua doutrina e assíduos desvelos, de ignominiosa escravidão, elevou-os à ditosa dignidade de irmãos de Cristo.

Hoje, então, ela mostra especialíssimo cuidado pelas multidões de humildes trabalhadores, para que possam não só alcançar e disfrutar os bens que lhes pertencem por direito de justiça, mas ainda, para os arrebatãr à enganosa e pestífera influência do comunismo, o qual, ao mesmo tempo que, com diabólica perfidia, se esforça por apagar do mundo a luz da religião que os libertou, os expõe a um

perigo certo de cair, um dia, na antiga e vergonhosa escravidão, de que tinham sido libertados com tanto trabalho.

Por isso, a Igreja exorta a todos, os seus filhos, tanto eclesiásticos, como leigos, mas, sobretudo, aos que trabalham na Acção Católica, a que a auxiliem nesta empresa tão necessária de salvaguardar para todo o género humano e principalmente em favor dos mais débeis, os benefícios espirituais e temporais que a Redenção de Cristo nos alcançou.

De modo particular pedimos agora, de novo, ao Clero, como já o fizemos na Encíclica «Quadragesimo Anno», acima mencionada, que sem demora, com entusiasmo e concórdia, se dê a esta obra sumamente indispensável à salvação das almas, para que aquêles de Nossos filhos que, com tão grande perigo de suas almas, passaram às hostes socialistas, jamais ousem alegar, em sua desculpa, que os ricos são favorecidos pela Igreja e pelos que se proclamam unidos à Igreja; que se não faz caso dos operários, nem dêles se ocupam; e que, por êsse motivo, tiveram de entrar e enfileirar nas hostes socialistas, para tratarem dos seus interesses. (Cfr. Encic. Quadragesimo Anno).

Para atingir tão nobre fim, torna-se igualmente preciso que às grandes massas populares, as quais, tantíssimas vezes, por ignorância religiosa, fãcilmente se confiam a hábeis e turbulentos agitadores, se lhes mostre, sempre e cada vez mais clara, a luz e eficácia da verdade cristã, para mitigar tôdas as dôres, resolver as dúvidas, nobilitar as obras e trabalhos de misericórdia e caridade, apontar a tôdas as almas livres, os caminhos planos e desembaraçados da esperança e virtude cristãs.

Seja êste, portanto, nessa nobilíssima Nação, o munus principal a desempenhar pela Acção Católica».

Oxalá compreendamos nós o nosso dever e comprendam os outros que a Acção Social da Acção Católica não visa outro fim que não seja a realização da Caridade, para maior bem da Nação.

III – Necessidade duma urgente acção social

O liberalismo, arvorando em dogma o princípio anti-cristão e anti-social de que o homem se deve guiar apenas pelo seu interesse particular, envenenou a vida cristã chegando mesmo a destruí-la, de tal maneira a corrompeu.

Ao preceito fundamental do cristianismo — o amor do próximo — sucedeu primeiro a indiferença pelos males alheios e depois o egoísmo. Ao egoísmo seguiu-se a luta e a esta o aniquilamento dos mais fracos. Dizia-se que a luta aperfeiçoava pela selecção dos valores. Mas a selecção foi pervertida pela corrupção da consciência. A sociedade dividiu-se então automaticamente em fortes e fracos, lutando entre si e uns

contra os outros. Em vez do amor, o ódio; em lugar da verdade, a mentira; em substituição da fraternidade a indiferença e a desconfiança. Poderíamos dizer da vida social o que Pio XI afirma da vida económica: «tornou-se horrendamente dura, cruel, atroz». (Quad. An.).

Conhecemos, de facto, todos nós que a miséria aniquila muitas vidas, leva a muitos desesperos, corrompe muitos corações. Vemos salários insuficientes, chefes de família sem trabalho e sem pão, lares desfeitos pela doença e pela fome, definhamento da mocidade na alma e no corpo, ao lado de intoleráveis esbanjamentos no prazer e no luxo, podridão de costumes, e uma capa de catolicismo a coonestar a iniquidade dos negócios e da vida pública.

Em face do egoísmo da vida social poderá perguntar-se: que é feito da doutrina e da vida cristã, neste país de católicos?

Examinemos contudo a gravidade do mal, para nos decidirmos a combatê-lo com mais energia e consciência.

Sob o ponto de vista religioso, o esquecimento do preceito capital do cristianismo da parte dos ricos e poderosos que se dizem cristãos, levou os humildes a descreverem da Igreja e a odiá-la como seu inimigo número um, por verem nela a capa e a protectora dos ricos. Se a acusação é falsa e injusta quando dirigida à Igreja, é infelizmente muito verdadeira, a respeito duma boa parte dos católicos que, no dizer de Pio XI, *na Quadr. Anno*, «abusam da mesma religião para paliar as suas extorsões e defender-se contra as justíssimas reclamações dos operários».

Impõe-se a distinção entre a Igreja e os maus católicos. Mas não a sabe fazer o povo, para quem a Igreja é o patrão que vai à Missa ou o egoísta que reza aos Santos. Assim cresceu a apostasia das massas operárias que foram procurar noutras doutrinas com que matar a sua fome e sede de justiça.

O Comunismo, pregando a fraternidade universal — idêa que foi beber ao Evangelho — e condenando as riquezas, respondia em certo modo, à ânsia do seu coração. Não quiseram saber dos seus erros nem do seu ateísmo. A Fé tinham-na já perdido; os erros filosóficos eram problema grande de mais para os seus minguidos hábitos dialéticos.

Para castigo nosso, venceu a caricatura da caridade pelo ateísmo, e seguiram-se-lhe todos os males.

Por outro lado, muitas das classes dirigentes, perdida a noção cristã da vida, tentam descobrir, em não sei que passagens do Evangelho, um cristianismo à sua moda, que justifique o culto pagão pela força e pela matéria, culto que é moda prestar àquilo que elles chamam revigoramento da raça ou prestígio do sangue. Isto sem falar no culto do dinheiro e do corpo que veio substituir nas almas o culto divino. E a onda alastra assustadoramente nas inteligências de muitos daquêles que se

ofenderiam se duvidássemos da integridade da sua fé cristã. O problema de formação das inteligências dos cristãos é assustadoramente grave.

Sob o ponto de vista familiar, o mesmo ateísmo prático das classes e multitudes e a injustiça da vida social, cavaram profundas ruínas.

Em grande parte do país, já está admitida como normal a união ilegítima, e até a sucessão de uniões efémeras. Perdeu-se o respeito pela santidade do matrimónio e pela vida dos inocentes.

Há lares desunidos, desfeitos aos milhares pela miséria e pela fome.

A família, longe de se defender, vai-se destruindo com uma legislação social que a desconhece, dando iguais direitos e rendimentos ao solteiro como ao casado, ao chefe de família numerosa como ao homem que, por egoísmo, recusou os filhos ou os matou no ventre de sua mãe.

Nada se exagera neste quadro negro das injustiças sociais. Recentes estudos calculam, em certas regiões do país, ser maior o número de abortos que o dos nascimentos; e as próprias estatísticas oficiais dão-nos uma diminuição assustadora da natalidade nos últimos anos. Vale a pena citar números:

1931	— taxa de natalidade por mil habitantes,	29,37
1932	— » » »	29,56
1933	— » » »	28,57
1934	— » » »	28,09
1935	— » » »	28,01
1936	— » » »	27,84
1937	— » » »	26,57
1938	— » » »	26,47
1939	— » » »	26,15
1940	— » » »	24,30

Em 1940, se se mantivesse a mesma taxa de 1931, — e esta já está na curva da descida — deveriam ter nascido mais 40.000 crianças do que nasceram! Isto é: mais de 40.000 portugueses sacrificados num só ano ao paganismo da vida.

Falta de fé pelo egoísmo do prazer, e falta de pão e de justiça social. A experiência de lidar com muitos milhares de operários cristãos e descrentes convenceu-nos de que é já enorme, neste meio, o número daqueles que não querem ter filhos com receio de não terem com que os sustentar: o desemprego, o baixo salário e o exemplo dos de cima...

Sob o ponto de vista social, não é mais risonho o panorama. Verifica-se apenas que há de cada vez maior necessidade de obras de Assistência e mais angustia-

dos apelos à generosidade das populações, sem que a miséria deixe de existir e de aumentar.

Indicamos apenas alguns factos e fornecemos alguns números para elucidação do problema.

Sabemos que as inspecções militares vão registando — não temos dados estatísticos, porém — descida da estatura dos mancebos. Mas podemos afirmar este facto: na Mocidade Portuguesa, fêz-se um dia selecção de rapazes para um curso de ginástica. Sem outra preocupação que não fôsse o de escolher os mais altos e mais robustos, verificou-se com espanto que todos os escolhidos pertenciam a famílias onde não havia restrições alimentares. Os outros não servirão...

A fraqueza física de boa parte da juventude é um facto bem desolador. E esta fraqueza reflecte-se num outro problema dolorosíssimo que traz preocupados quantos se interessam pela vida dos seus irmãos. Referimo-nos à tuberculose. Este terrível cancro social, fruto em grande parte da miséria, dizima quasi metade das vidas que se perdem por ano entre os 20 e os 35 anos. Com efeito, achamos, no Continente, a média de 45,5% como taxa da mortalidade pela tuberculose dos 20 aos 34 anos, e em referência ao decénio de 1931 a 1940.

O egoísmo social perante as dores inenarráveis daquêle que se vê morrer aos poucos pela tuberculose e na fôrça da vida, vai sendo punido, com terrível frieza, por todos êsses que, não tendo onde se curar, vão semeando a doença e a dor à sua volta.

Não queremos terminar a descrição sumária dos males sociais que a Acção Católica é chamada a resolver pela realização da Caridade, sem fazer uma referência aos erros doutrinários que pululam à volta do problema social.

Pretendem uns que a solução se encontra numa violenta revolução social e económica que estabeleça o comunismo. Não são numerosos — mas são ousados e destemidos — os defensores desta idéia. Desejam outros uma transformação radical, mesmo pela fôrça da actual vida económica, a fim de que os trabalhadores encontrem a justa paga do seu esforço. Estes são em número sempre crescente, embora estejam mais dispostos a aplaudir do que a fazer a revolução. Anseiam outros ainda por que o regime actual se transforme num regime de fôrça e que o Estado seja o supremo ditador de tôdas as actividades sociais, sem mistura de mais nenhuma outra iniciativa. Há nestes muitos católicos de falsas idéias filosóficas e dois grupos bem distintos; um, o dos proletários intelectuais e operários com mais pretensões; outro o dos bem instalados na vida. Desejam os primeiros melhorar a sua situação. Querem os segundos mantê-la.

A todos êstes, mesmo quando católicos de Missa e confissão, ou ainda sócios de instituições católicas e até da Acção Católica, e aos anteriores, tem a Acção Católica de ilustrar as almas e converter o coração.

A situação social aparece-nos, como vimos, dolorosa.

Compreendamos a Paixão de Cristo em nossos dias, e corramos a levar o bálsamo da nossa Caridade às chagas vivas do Senhor na carne e na alma dos nossos irmãos. E, apóstolos que somos, com mandato oficial da Hierarquia, atemos nas almas o incêndio do amor fraterno — única base duradoira de toda a organização social e sêlo indispensável, porque essencial, da nossa vida cristã.

IV — Plano de acção

Antes de entrar no assunto, convém desfazer um equívoco. Pensa-se ordinariamente, que a acção social na Acção Católica é missão exclusiva dos Organismos operários. E não faltam elementos não operários que, desejando fazer acção social, anseiam por colaborar com os trabalhadores, oferecem-lhes os seus serviços e até se propõem para seus dirigentes e mentores. É boa a intenção, mas errada a visão.

A intenção é descer ao meio social, que pretendem apostolizar, e exercer aí a fraternidade, fazendo compreender que não há luta de classes na Acção Católica. E ainda ajudar a trazer para a Fé uns tantos operários, julgando que assim se trabalhará pela paz social.

Mas é preciso compreender que, se a doutrina da luta de classes começou pelos de baixo, a prática começou pelos de cima. Di-lo, bem claro, toda a economia da *Quadragesimo Anno*.

Por outras palavras mais claras ainda: Os de cima começaram a ofensiva pela exploração dos de baixo. Os de baixo tomaram as armas para se defender dos de cima e aniquilá-los, se possível fôsse, como se faz a um agressor injusto. É esta a dolorosa realidade e é assim que a vêem, em todas as suas dramáticas conseqüências, as classes trabalhadoras.

Para suprimir o conflito, o único e eficaz caminho será cessarem os de cima a ofensiva e proporem a paz. Só se poderão condenar os de baixo, se a não aceitarem.

Posto o problema neste pé, que é o verdadeiro historicamente, concluímos que a acção social deve dirigir-se, com mais intensidade e energia, às classes dirigentes. O contrário será perder o tempo, porque os operários não aceitarão a nossa actuação junto deles. A experiência ensina-o, com superabundância, neste meio século de actividade social católica no mundo cristão, onde apenas se viram florescer as Organizações operárias católicas que tomaram abertamente a ofensiva das reivindicações operárias contra os abusos das classes dirigentes. Todas as outras ou morreram ou vegetam.

Os operários virão facilmente — porque eles preferem a paz social que aliás

só redundar em seu benefício — quando virem que a nossa acção social é feita junto daquêles que os estão a tratar injustamente e não reconhecem neles, praticamente, a sua dignidade cristã de Filhos de Deus.

Compreendendo a verdadeira posição do problema, Pio XI indicou na *Quadragesimo Anno*, o caminho a seguir; «os primeiros e immediatos apóstolos dos operários devem ser operários; os apóstolos dos industriais e comerciantes devem sair dentre êles».

São, portanto, todos os organismos da Acção Católica que são chamados a fazer acção social e, sobretudo, os organismos destinados às classes dirigentes: Mas entenda-se que a acção social dêstes organismos deve ser feita no *próprio meio*. Porque temos andado às avessas, é que nos vemos forçados, para não perder de todo o crédito nem a simpatia, a prègar a cada uma das classes os deveres da outra. Erro grave que, longe de aproximar a distância que as separa, a afasta mais ainda. O caminho é prègar os deveres a cada uma. Mas êste caminho só dará resultado, se a actuação junto de uma e de outra fôr simultânea. Urge, por isso, criar aquêles organismos patronais que hão-de fazer compreender aos patrões os seus deveres cristãos.

Uma outra questão prévia importa pôr ainda.

A melhor acção social, a mais perfeita, é a Caridade. Mas a caridade é o complemento e a perfeição da Justiça.

Não pode falar-se em Caridade onde não haja Justiça, porque aquela só pode assentar os seus alicerces sôbre a cúpula desta.

Para poder a Acção Católica realizar a Caridade — sua missão principal — tem de esforçar-se primeiro por realizar a Justiça. É aos problemas de justiça social que primeiro deve atender.

E esclarecidos êstes dois pontos preliminares, entremos no assunto.

Não podemos pensar numa proveitosa acção social, enquanto não tivermos elementos devidamente preparados para a exercer. O primeiro e fundamental trabalho seria, portanto, o da preparação.

Organizemo-la sob o duplo aspecto que é necessário tenha: *teórico e prático*.

A formação teórica deve ser dirigida evidentemente, aos militantes e feita nas respectivas reuniões. Como a Acção Católica tem fixado os seus temas de estudo, ou se alternavam com êles os temas sociais, ou se faziam (num esforço maior, mas necessário) reuniões suplementares.

O assunto a estudar deve ser, em primeiro lugar, o Evangelho e as Epístolas dos Apóstolos, tão desconhecidos em nossos dias. Depois do Evangelho, um resumo das principais doutrinas económico-sociais que se propunham ou propõem resolver a questão social. Finalmente as encíclicas sociais.

A formação *prática*, chamemos-lhe assim, é tão necessária ou mais do que a primeira. A imperiosa urgência da nossa actuação no campo social só se compreende quando acompanhamos — vivendo-a — a imensa tragédia moral e social de tantos corações irmãos dos nossos. No convívio dos sábios aprendemos a ciência; na intimidade dos Santos exercemos a virtude. É reconhecendo as lágrimas do que chora que aprendemos a sentir.

Depois, que esplêndido campo de formação religiosa para os militantes, este de servir e amar a Deus, servindo e amando, em verdade, o Cristo visível que são os nossos irmãos sobretudo os mais pobres! Não nos diz S. Paulo (Hebreus, XIII, 1-3), que devemos «*exercer a caridade fraterna, não nos esquecendo da hospitalidade, porque muitos, sem o saberem, hospedaram anjos*»? Não temos o exemplo de Santa Isabel da Hungria que, recolhendo em seu próprio leito uma criança leprosa abandonada, foi a Jesus Menino que recolheu, sem o suspeitar?

A formação prática deve ser feita, neste período de formação, por três formas:

- a) inquéritos
- b) conferências de S. Vicente de Paulo
- c) actividade social das secções

Os *inquéritos* são indispensáveis para a formação própria e conhecimento do meio onde devemos actuar. Todos os organismos especializados os devem fazer, embora de maneira e com objectivo diferentes. Fornecer-nos-ão elementos preciosos, imprescindíveis para orientação da nossa actividade.

As *conferências de S. Vicente de Paulo*, são de grande utilidade sobretudo para os organismos destinados aos sectores não operários. Formam e temperam as almas, espalham o bem e fazem compreender o sofrimento. Obra auxiliar da Acção Católica, ponhamo-la ao seu serviço.

A *actividade social das secções* é imprescindível para a discussão e estudo das necessidades sociais do próprio «meio» e para o exercício da Caridade, única maneira de a fazer compreender e espalhar, pelo exemplo.

As secções dos organismos operários e rurais têm muito a fazer, não só no que respeita ao auxílio imediato — tanto moral como material — aos seus irmãos de trabalho, mas também e sobretudo no que interessa à colaboração numa acção social mais ampla a desempenhar pela Acção Católica organizada.

É necessário que as Secções dos organismos populares se transformem no centro onde se acolham os pobres nas suas angústias, onde acorram os trabalhadores a pedir conselho ou protecção, onde aprendam a fraternidade cristã os esmagados pelo egoísmo do mundo.

Nem se diga que haverá dificuldade em levar as secções a semelhante actuação social. O que já fazem algumas, podem fazê-lo todas.

Aliás o seu esforço seria orientado, fomentado o coordenado pelos Secretariados Económico-Sociais diocesanos, cuja urgente organização se impõe.

Preparada assim com o conhecimento directo dos males sociais e com a indispensável formação teórica, estaria então a Acção Católica em condições de exercer uma acção eficaz.

Como vimos, o fim a atingir é implantar a justiça nas relações económicas e a caridade nas relações sociais. Mas, porque não pode haver caridade sem justiça, é à vida económica que primeiro urge acudir.

A Junta Central organizou um Secretariado Económico-Social, cuja finalidade está expressa no instrumento orgânico que lhe deu vida e é como segue:

1.º — traçar directivas em assuntos económico-sociais, segundo os ensinamentos da Igreja, que procurará tornar largamente conhecidos, sobretudo pela difusão da doutrina das encíclicas pontifícias relativas a essas matérias.

2.º — trabalhar por que os católicos compreendam a necessidade de penetrar de verdadeiro espírito social e cristão o corporativismo português.

3.º — velar superiormente pelos «operários não só no que se refere aos interesses espirituais — a êsses se deve atender antes de mais nada — mas também aos da vida presente».

4.º — promover a fundação e desenvolvimento de tôdas aquelas instituições sociais que sejam possíveis dentro do condicionalismo português e tenham em vista pôr em prática os princípios e as normas da justiça social e da caridade evangélica».

5.º — «cuidar, por todos os meios, de que tais instituições obedeçam ao genuíno espírito da doutrina católica e permaneçam fiéis às normas estabelecidas pela Santa Sé, dando-lhes para êsse efeito as necessárias directivas.

6.º — esforçar-se por que os «humildes trabalhadores possam não só alcançar e disfrutar os bens que lhes pertencem, por direito de justiça, mas ainda para os arrebatar à enganosa e pestífera influência do comunismo».

7.º — manter relações permanentes entre a Acção Católica e as obras económico-sociais que, satisfeitas as devidas condições, a êste Secretariado adiram, sem prejuízo da independência total das mesmas nos assuntos de carácter profissional e económico, da sua inteira liberdade de acção na prossecução dos seus fins próprios e da plena responsabilidade dos seus actos para efeitos civis.

8.º — promover «uma preparação, o mais diligente possível» dos dirigentes destas instituições.

Com estas mesmas finalidades, restringidas apenas pelo âmbito territorial da

diocese, devem criar-se Secretariados Diocesanos, directamente orientados pelo Secretariado da Junta Central e a êle subordinados. O seu pessoal deve ser competente e brilhar sobretudo pela sua abnegação, espírito de sacrificio e pela Caridade.

Como o Secretariado da Junta Central, actuarão junto das Autoridades locais, dos organismos corporativos, das classes patronais, tomando abertamente a defesa dos pobres e desprotegidos, aconselhando e orientando quantos a êles recorram — secções, Direcções diocesanas, ou simples indivíduos — e procurando solução para os problemas gerais e particulares que se lhes apresentem.

A sua actividade deve realçar por um grande sentido de Justiça, nem fraquejando diante do potentado, nem defendendo o fraco com ofensa da Verdade ou dos interesses superiores do bem comum.

Os Secretariados diocesanos, com o andar do tempo e das necessidades, poderiam e deveriam criar, na sede dos concelhos, Secretariados Concelhios que, em âmbito mais restrito, auxiliariam a sua acção na Diocese.

Os resultados obtidos pelo Secretariado da Junta Central, de que falam eloqüentemente os relatórios anuais enviados à mesma Junta, constituem a demonstração prática de quanto a Acção Católica pode realizar no Campo Social, em benefício dos indivíduos, da Nação e do próprio Estado.

V — O Estado e a Acção Católica

Compreendendo o Estado que a sua missão é supletiva e que o corporativismo deveria ser fruto da iniciativa particular, chegou a propor que os católicos se ocupassem da resolução do problema social: *«Arredada do nosso caminho essa gravíssima e irritante questão (entre a Igreja e o Estado), o Centro Católico perderia a sua razão de ser e estaria naturalmente indicado que a sua actividade se dirigisse à acção social tão atrasada e tão urgente neste país»*. (Oliveira Salazar, Discursos, 1.ª edição, vol. I, pág. 172).

Organizou depois o Estado o corporativismo, por sua própria iniciativa.

Não só porque o corporativismo é o regime preconizado pelas encíclicas, mas também porque todo o católico deve colaboração aos poderes legalmente constituídos, é dentro dêste regime que temos de actuar.

O nosso primeiro esforço será empregnar o corporativismo português do verdadeiro espírito corporativo — que ainda não tem e seria milagre que já tivesse.

Um corporativismo em que o capital domina sobre o trabalho não é corporativismo, mas supermaçia capitalista. Um corporativismo em que prevalece o trabalho, não é corporativismo mas ditadura do proletariado. A primeira condição para que exista verdadeiro espírito corporativo numa nação é, portanto, a de que o Estado seja suficientemente forte para se impor tanto ao trabalho como ao capital,

quando algum destes factores da produção não queira submeter-se ao bem comum, ou pretenda dominar o outro.

Dar o exemplo deste equilíbrio e inculcá-lo nas organizações corporativas, eis a nossa missão.

Para isso necessário se torna que os elementos formados pela Acção Católica entrem nas organizações e nelas possam actuar.

Não se deseja fazer política porque um corporativismo que a fizesse não seria corporativismo mas partido, e estaria sujeito a tôdas as suas contingências. Pretende-se tornar cristão o corporativismo português, para que dure e seja justo.

Dentro destes princípios, os organismos operários da Acção Católica não devem recuar privar-se dos melhores dos seus elementos para os pôr ao Serviço dos seus companheiros nos Sindicatos Nacionais, visto ser lá dentro que melhor e mais eficazmente poderão defender as legítimas aspirações do trabalho. O que se diz dos Sindicatos, serve igualmente para os Grêmios, Casas do Povo e Pescadores.

A nossa atitude não pode ser outra. E essa é legítima. E o Estado será o primeiro a agradecer esta colaboração que tende, afinal, a preparar as associações para se bastarem a si mesmas, libertando-o do pesado encargo de a tudo prover, e deixando-lhe maiores possibilidades de exercer a missão que lhe é própria e que só elle pode fazer: «dirigir, vigiar, urgir e reprimir». (Quad. Anno).

VI – Conclusão

De tudo quanto se disse uma grande conclusão ressalta: dever e necessidade de a Acção Católica entrar decididamente no Campo Social, para difundir nos Corpos constituídos, e a constituir, o espírito do Evangelho, a moderação cristã e a Caridade Universal. Só assim se irão firmando sobre a rocha os alicerces da verdadeira ordem cristã de que a sociedade tanto carece para encontrar definitivamente a ordem e a Paz.

Reconhecemos a dificuldade e a dureza da tarefa. Não fomos, porém, chamados para o repouso, mas para a luta.

E o combate que desperta energias, couraça as almas e gera os verdadeiros heróis não são as batalhas sangrentas das guerras em que se arrisca a vida para dominar os povos e reduzi-los à escravidão da força, mas os combates da Paz e do Amor em que se imola voluntariamente a vida para engrandecer os homens e salvar as almas.